

# Por que as eleições brasileiras estão em risco?



Em outubro de 2022, serão realizadas eleições para Poder Executivo Federal (presidente da República) e Estadual (governadores de Estado), além do Poder Legislativo Federal (deputados federais e senadores) e Estadual (deputados estaduais). As eleições serão realizadas no dia 2 de outubro e eventual segundo turno será no dia 30.

Os riscos à realização das eleições nacionais no Brasil (2022) estão associados a:

- ataques às instituições eleitorais promovidas pelo próprio presidente da república,
- aumento substancial da violência política, especialmente contra mulheres negras, população LGBTI+, povos indígenas e das classes populares
- aumento substancial dos discursos de ódio proferidos por autoridades públicas
- fomento institucional à violência e ao armamento
- ameaças explícitas a candidatos/as,
- incursões das forças armadas na política,
- política de desinformação promovida pelo próprio presidente da República.
- riscos e ameaças à liberdade de imprensa.

## Erosão da democracia brasileira em contexto de agravamento de crise social

A pandemia de covid-19 encontrou um país já debilitado em razão da **política de austeridade fiscal** (Emenda Constitucional do Teto de Gastos) e agravou esse quadro. Recentemente, o Brasil voltou ao Mapa da Fome e a insegurança alimentar quase dobrou no país (dados da FAO, ONU e OMS). No momento como o atual, em que é ainda mais necessária a luta por direitos no Brasil, especialmente durante o processo eleitoral, o país vive um **flagrante e profundo deterioramento da democracia**.

Desde 2016 e mais intensamente a partir de 2018/2019, a democracia brasileira vem sofrendo um forte processo de erosão, evidenciado pelos seguintes fatores: aumento do autoritarismo, de discursos de ódio, dos índices de violência, inclusive de parte de agentes estatais, aumento da letalidade policial, fechamento de espaços de participação social, restrições de acesso à informação pública, aumento da violência e criminalização de defensores e defensoras de direitos humanos, ataques à imprensa.

## Atual gestão do Governo Federal e sua política anti-direitos

A erosão democrática vem associada a um forte retrocesso em matéria de direitos humanos. Desde o início do governo Bolsonaro, as políticas públicas de direitos humanos converteram-se em **agendas anti-direitos, anti-indígenas, anti-quilombolas, anti-mulheres e LGBTs, anti-democráticas**.

No plano nacional, tais políticas ensejaram um inédito número de pedidos de impeachment contra o atual Presidente da República - foram mais de 90 pedidos, assinados por mais de 550 organizações e 1550 pessoas - paralisados por inércia do Poder Legislativo. No plano internacional, o Brasil tem sido objeto de reiteradas denúncias e sucessivas manifestações de organismos internacionais que alertam sobre um quadro grave de violações a direitos.

Do Relatório da CIDH sobre a Situação de Direitos Humanos no Brasil (2021), destaca-se: o impacto negativo sobre a competição eleitoral nas áreas dominadas por milícias; a hostilidade do país à atividades dos jornalistas e comunicadores sociais, bem como ativistas e defensores de direitos humanos, com significativo aumento do número de ameaçar e de assassinatos (mortes violentas); graves agressões sofridas por comunicadores sociais (especialmente por comunicadoras mulheres); **em 2017, o Brasil se tornou o país com o maior número de assassinatos de defensoras e defensores do meio ambiente no mundo e, em 2018, o 5º país com o maior número de homicídios de defensores e defensoras de direitos humanos no mundo; ameaças e violência contra detentores de mandatos legislativos e com atuação na defesa de direitos humanos, cujo caso mais emblemático é o assassinato com requintes de execução da vereadora Marielle Franco**, ainda não elucidado quanto aos mandantes e razão do crime.

Em 2021, o Brasil já havia sido incluído na **lista dos países com casos mais graves de abusos e violações a direitos humanos**, apresentado pelo OHCHR, com destaque para a questão ambiental e os ataques contra ativistas e jornalistas no país. Ressaltou Bachelet a preocupação com *“os contínuos ataques a ativistas ambientais, defensores dos direitos humanos e jornalistas, incluindo assassinatos, bem como com o uso inadequado de leis criminais para silenciar vozes críticas”*. Em **2022**, o Brasil apareceu, **pelo terceiro ano consecutivo, entre os locais que geram preocupação da comunidade internacional, referente a locais que vivem “situações críticas” que necessitam de “ação urgente”**.

## Aumento da violência

Vive-se um aumento dos índices de violência em todos os seus matizes: violência contra defensores e defensoras de direitos humanos, especialmente aqueles ligados à luta por terra, território e meio ambiente, contra ativistas e jornalistas, aumento da violência estatal e da letalidade policial, e da violência política.

Em junho de 2021, o OHCHR destacou a violência policial do Brasil em um relatório histórico para o Conselho de Direitos Humanos da ONU. Em dezembro do mesmo ano, diversas Relatorias Especiais da ONU registraram o recebimento de muitas denúncias sobre **uma ação “sistemática” de violência da polícia**, principalmente nas favelas do Rio de Janeiro, a qual tem resultado em “*diversas mortes, incluindo o assassinato desproporcional de afro-brasileiros*”. Criticaram o do “fracasso” diante da violência policial e cobraram respostas do Estado.

### **O aumento substancial da violência também é identificado no campo brasileiro.**

Na Amazônia, há um aumento de invasões das florestas e territórios indígenas, desmonte da legislação ambiental incentivo governamental ao garimpo e às invasões. A política de titulação de territórios quilombolas e a reforma agrária estão paralisadas. O resultado é o aumento da violência contra as lideranças indígenas, camponesas, quilombolas e ambientalistas, que atinge todos os biomas brasileiros.

O número de **assassinatos no campo em 2021 bateu recorde dos últimos quatro anos**. Em 2019, foram computados 1.903 conflitos no campo; em 2020, 2.054 ocorrências; em 2021, foram registradas 1.768 ocorrências, uma média de 34 por semana. Números muito superiores à média dos anos anteriores. Esses conflitos “*afetaram quase 900 mil pessoas*” e atingiram mais fortemente indígenas, posseiros, quilombolas, sem-terra, assentados e ribeirinhos. (Relatório “Conflitos no Campo Brasil 2021”<sup>1</sup>, Comissão Pastoral da Terra).

A **flexibilização e estímulo institucional ao acesso a armas de fogo** tem surtido um efeito multiplicador sobre os abusos e violações de direitos no Brasil.

Não se trata mais somente de uma cultura de tolerância institucional com a violência, mas também de evidente fomento estatal à violência e à impunidade.

Em síntese, a violência vem sendo utilizada como **estratégia de silenciamento e repressão das demandas por direitos**, e atualmente conta com explícito apoio e fomento institucional, notadamente do poder executivo federal.

---

<sup>1</sup> <https://www.cptnacional.org.br/publicacoes-2/destaque/6001-conflitos-no-campo-brasil-2021> E Tabelas comparativas sobre conflitos no campo, trabalho escravo e outros estão disponíveis em: <https://www.cptnacional.org.br/downlods/category/89-espaco-para-imprensa-releases-analiticos>

## Violência política e eleitoral



## Violência contra Defensores/as de Direitos Humanos

Nesse cenário, os esforços de minorias políticas no sentido de disputar os espaços de poder e superar a sub-representação desses segmentos têm sido alvo de intensa violência política.

O processo eleitoral de 2018 foi marcado pela violência. Segundo Relatório da CIDH (2021), *“entre os meses de janeiro a outubro daquele ano, no contexto da cobertura das eleições ou de manifestações de rua, houve pelo menos 137 desses casos, com 75 agressões virtuais e 62 agressões físicas<sup>455</sup>, que teriam recaído especialmente sobre **comunicadoras mulheres**”*.

Segundo elaborado por organizações de direitos humanos brasileiras:

Nos últimos quatro anos e meio, assassinatos e atentados tiveram papel relevante na estruturação da violência política e eleitoral no Brasil. [...] **Longe de serem situações episódicas ou isoladas, o contexto de polarização política brasileira e a realidade de conflitos de interesse no âmbito federal, estadual e municipal têm feito da violência uma ocorrência relativamente regular. A violência passa a integrar a moldura de gestão dos conflitos políticos, tornando-se parte da rotina de gestão e administração das cidades brasileiras, o que se verifica no expressivo número de assassinatos e atentados contra prefeitas/os e vereadoras/es.**

*(Violência Política e Eleitoral no Brasil: panorama das violações de direitos humanos de 2016 a 2020*”, Terra de Direitos e Justiça Global)

**A cada 13 dias ocorreu um ataque contra a vida de um representante político entre 2016 e 2020; ao todo, foram 125 atentados e 85 ameaças de morte.** Citando os dados da pesquisa, registra que **“o ápice da violência foi em 2020, ano de eleições municipais, quando houve um ataque a cada três dias”** e alerta para o fato de que **as condições atuais indicam que as eleições de 2022 irão superar essas cifras.**

Todos os dias são veiculadas novas notícias que corroboram a gravidade do cenário e dos riscos à realização das eleições. Há casos de ameaças explícitas à vida do pré-candidato à presidência Lula, proferidas, em sua maioria, por parlamentares de segmento político diverso ostentando armas de fogo. Ameaças contra o Presidente da Suprema Corte; há denúncias envolvendo clubes de tiro ao redor do país, que tem usado imagens de Lula como alvo para “aperfeiçoar” os treinos.

## Assassinato de Marcelo Arruda

Em julho de 2022, Marcelo Arruda, guarda municipal e tesoureiro do Partido dos Trabalhadores em Foz do Iguaçu (PR), foi assassinado a tiros pelo policial penal Jorge da Rocha Guaranho. A morte de Arruda teria ocorrido em virtude da sua posição política, exposta na decoração em sua festa de aniversário de 50 anos. Esse episódio, noticiado amplamente no Brasil e no mundo, alerta para o crescente clima de intolerância e de ódio que tem marcado o país às vésperas das eleições nacionais.

Após visita ao Brasil entre março e abril de 2022, Sr. Clément Nyaletsossi Voule, Relator Especial da ONU sobre Direito de Reunião e Liberdade de Associação (2022), emitiu comunicado de imprensa em que sintetizou a realidade encontrada: **a violência política está matando a democracia no Brasil**. Segundo ele *“a violência política contra lideranças sociais, candidatos e candidatas, e lideranças políticas eleitas, em particular mulheres afrodescendentes e trans, também representa uma séria ameaça à participação política e à democracia”*.

Especificamente em relação às eleições gerais marcadas para outubro de 2022, afirmou: *“o Estado deve garantir que todos os processos eleitorais sejam livres de discriminação, desinformação, fake news e discursos de ódio”* e **exortou o Estado a “proteger candidatos e candidatas de quaisquer ameaças ou ataques online e offline”**.

Mostrou-se chocado com os **“níveis de violência contra defensores e defensoras dos direitos humanos, comunidades tradicionais, incluindo quilombolas e povos indígenas, bem como lideranças comunitárias nas favelas”**. E enfatizou que estas **“enfrentam um ambiente violento marcado por estigmatização, ameaças, assédio, ataques físicos e assassinatos”**.

Clément Voule chamou atenção para os aproximadamente 20 projetos de lei sob análise do Congresso Nacional, e especificamente os PLs 1595/19, 272/16 e 732/2022 que, *“se adotados, efetivamente criminalizariam as atividades dos movimentos sociais sob o pretexto da segurança nacional e da luta contra o terrorismo”*, em flagrante desrespeito às normas internacionais.

As políticas de restrição à participação social e política e o estreitamento dos espaços de consulta sobre políticas públicas e tomada de decisão e, notadamente, o fechamento de 650 conselhos participativos, que já haviam sido alvo de Comunicados anteriores de outros Especialistas do Sistema ONU, foram repisadas pelo Relator.

Associado a isso, segue *“frequente uso excessivo da força por agentes policiais e com violações de direitos humanos durante manifestações”* e *“a falta de um protocolo claro e unificado para o uso da força durante protestos e de um mecanismo eficaz e independente para a supervisão da conduta de agentes policiais”* segue inspirando forte preocupação.

Ainda como desdobramento da visita realizada ao Brasil, o Relator da ONU sobre Liberdade de Associação afirmou, em entrevista recente, que: *“no Brasil, há um **movimento de desinformação** e de ataque orquestrado ligado ao aumento no uso das mídias sociais” e “a desinformação é algo que destrói a democracia”.*

### **Ameaças golpista diante de dezenas de embaixadores**

Em julho de 2022, Jair Bolsonaro promoveu um evento na residência oficial do presidente em que falou para dezenas de embaixadores. Na ocasião, ele reproduziu informações falsas sobre as urnas eletrônicas, sobre suposta fraude em eleições anteriores, promoveu o descrédito do sistema eleitoral brasileiro, atacou Ministros da Suprema Corte e fez ameaças de golpe (não respeito aos resultados das eleições).

Em 24 de agosto de 2022, o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) determinou a remoção de vídeos que reproduzem a apresentação do presidente perante os embaixadores, publicados nas contas de Bolsonaro no facebook e instagram. A decisão judicial ressaltou que grande parte das declarações já foram veementemente refutadas pelo TSE e a ninguém é permitido promover “ataques infundados ao sistema

Segundo o Sr. Clément Voule, **“a democracia no Brasil está em crise”**, o **ambiente político está deteriorado e violência política contribui fortemente para isso**, porquanto desestimula, quando não impede, *“as pessoas de participarem do processo e de exercerem suas liberdades fundamentais”*. Sobre o tema, ressaltou que **“a ausência de conclusão do caso Marielle, quatro anos depois da execução de uma representante eleita, cria um ambiente de impunidade de medo.”**

Especificamente em relação às eleições de 2022, afirma que: *“a lei que facilitou a compra de armas de munições colabora para esse ambiente em torno das eleições”*. Sobre as suspeitas levantadas pelo presidente brasileiro sobre o sistema eleitoral do país, o Relator resalta que **“não há evidência de qualquer falha ou fragilidade”**, no entanto, *“se o sistema perde a confiança das pessoas, elas podem não votar ou não reconhecer as eleições”*, ao mesmo tempo em que **“desacreditar o sistema é abrir caminho para que as pessoas não aceitem os resultados”** e, em última análise, para ações violentas. Em síntese, assevera que: *“enfraquecer o poder de voto, minando a própria democracia, coloca o país numa situação muito perigosa”*.

As ameaças contra o Supremo Tribunal Federal do Brasil e a Justiça Eleitoral, protagonizadas inclusive pelo atual presidente, foram objeto de recente pronunciamento do Alto Comissariado da ONU.

Este é o cenário no qual serão realizadas as eleições nacionais em outubro de 2022. Segundo ampla articulação de movimentos sociais e entidades brasileiras signatárias, **“as eleições federais e estaduais se anunciam as mais violentas da história”**.

A expectativa da sociedade civil organizada é que as eleições **“sejam contaminadas pela estratégia bolsonarista da *violência, de tumultuar e deslegitimar o processo e o resultado, em caso de derrota*”**. Nesse sentido, é preciso recordar que o presidente Jair Bolsonaro **“conta com uma estrutura armada, tanto das polícias quanto de milícias, além de parte das forças armadas e integrantes dos clubes de tiro”**, além de outras armas que devem ser usadas durante as eleições, como a prática de **“discurso de ódio e a desinformação, a partir de sua militância digital e de robôs”**.

Por todo esse cenário, há riscos concretos às instituições democráticas brasileiras, à realização de eleições livres, não violentas e, inclusive, riscos de uma ruptura com a ordem constitucional do Brasil.

## O que a sociedade brasileira espera da Comunidade Internacional?

Que os Estados membros das Nações Unidas voltem sua atenção ao Brasil país, no sentido de acompanhar as eleições no país e mobilizar organismos internacionais de proteção dos direitos humanos, a fim de garantir que todos os processos eleitorais sejam livres de violência, discriminação, desinformação, fake news e discursos de ódio.

Signatários:



[plataformadh.org.br](http://plataformadh.org.br)



PLATAFORMA PELA REFORMA DO  
SISTEMA POLÍTICO

[reformapolitica.org.br](http://reformapolitica.org.br)



COMITÊ BRASILEIRO  
DE DEFENSORAS E DEFENSORES  
DE DIREITOS HUMANOS

[comiteddh.org.br/en](http://comiteddh.org.br/en)



[viacampesina.org/en](http://viacampesina.org/en)

Elaboração:



[terradedireitos.org.br](http://terradedireitos.org.br)